

1 **Resumo Executivo da Ata da 1ª Reunião Plenária do CBH-AT de 2026 - Ordinária**

2 **Data:** 30 de abril de 2026

3 **Horário:** 09h

4 **Local:** Plataforma Teams *Microsoft*

5 **Representantes do Plenário do CBH-AT presentes na reunião:**

6 **SEGMENTO ESTADO**

7	Lilian Barrella Peres	CETESB
8	Laura Stela Naliato Perez	SEMIL
9	Josenei Gabriel Cara	Fundação Florestal
10	Itamar Aparecido de Oliveira	ARSESP
11	Tiago Luiz Lourencon	Defesa Civil
12	Luciana Martin Rodrigues Ferreira	IPA
13	Sibele Ezaki	IPA
14	Marcio da Silva Queiroz	SP-ÁGUAS

15 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

16	Rodolfo Marcondes	Salesópolis – PRESIDENTE
17	Fabiana Fernanda Marques	Carapicuíba
18	Solange Wuol Franco	Suzano
19	Patrícia Cesare	Mogi das Cruzes
20	José Rogério Moreira Santana	Mauá
21	Sandro Casini	São Caetano do Sul
22	José Victorino	Mairiporã
23	Eriane Savoia	Santo André
24	Raquel do Prado	Biritiba Mirim
25	Valterlino Veras	Caieiras

26 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

27	Amauri Pollachi	ONDAS - VICE-PRESIDENTE
28	Aurildo Xavier dos Santos	ABCON
29	Bruno Hayami Takahasi	SINDICATO RURAL DE MOGI DAS CRUZES
30	Marineia Lazzari	SASP
31	Melissa Cristina Graciosa	UFABC
32	Gustavo Veronesi	SOS Mata Atlântica
33	Silene Bueno de Godoy Purificação	SENAC
34	Sueli Moroni da Silva Machado	FIESP
35	Patrícia Goularth	AESABESP
36	José Mairton Barreto	SINTAEMA
37	Jordana Alca Barbosa Zola	IAB
38	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
39	Mário de Carvalho Fontes Neto	Associação Nossa Guarapiranga
40	Vanessa Dias	SINDUSCON-SP

41 **1. Abertura e informes:** Amauri Pollachi informou que na última segunda-feira, 27/04, foi
42 aprovada uma pequena alteração da delimitação da Área de Proteção do Rio Guaió, pelo
43 Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo. Na sequência, Valburg
44 (assessor técnico da FABHAT) complementou informando que este processo, previamente o
45 encaminhamento do projeto de Lei na Assembleia Legislativa, seguirá para deliberação do
46 CRH, manifestação do Consema e do Conselho de Desenvolvimento da Região
47 Metropolitana, antes de ser encaminhado à Casa Civil. Ressaltou que na Assembleia
48 Legilsativa ainda contará com algumas comissões, como a de meio ambiente por exemplo,
49 que ainda analisarão detalhes da minuta. Com a aprovação dessa minuta de projeto de Lei,
50 no âmbito do Alto Tietê, todos os 8 mananciais terão suas leis específicas e as outras duas
51 Bacias, sendo elas o Juqui e Paraíba do Sul, que estão fora da Bacia do Alto Tietê, contudo,
52 inseridas na região metropolitana, também estão em fases similares de tramitação como a do
53 Guaió. Hélio Suleiman ressaltou que este trabalho foi iniciado em 2024, e que só agora, em
54 2026 teve um progresso nessa tramitação, e parabenizou toda a equipe envolvida no âmbito
55 deste assunto. Amauri Pollachi e Rodolfo Marcondes ressaltaram sobre a necessidade de
56 articulação política, envolvendo prefeitos e deputados, para garantir a aprovação do projeto
57 de lei na Assembleia Legislativa, sendo fundamental o engajamento dos agentes políticos
58 locais. **2. Apresentação pelo CONDEMAT sobre o estudo de alternativas para
59 compensação financeira aos municípios afetados por reservatórios ou restrições legais
60 de uso e ocupação do solo.** Solange Wuou apresentou, em nome do Condemat, o estudo
61 sobre alternativas de compensação financeira para municípios impactados por reservatórios
62 e restrições legais de uso do solo, detalhando a metodologia, resultados, limitações e
63 próximos passos, destacando a participação ativa de Amauri Pollachi e Helio Suleiman.
64 Esclareceu que se trata de um Projeto FEHIDRO cujo Tomador é o CONDEMAT e a empresa
65 contratada pela execução foi a FIPE. Teve início em 2018 e término em 2022. Explicou que o
66 estudo foi desenvolvido a partir de uma demanda dos prefeitos do Condemat junto à
67 Secretaria de Recursos Hídricos e que foram analisadas cinco alternativas, sendo elas:
68 revisão dos critérios do ICMS, atualização da lei 9146/95, uso de recursos do FEHIDRO e
69 cobrança pelo uso da água, implementação de pagamentos por serviços ambientais (PSA) e
70 incremento na tarifa de abastecimento público. O projeto resultou na consolidação de: (i)
71 diagnóstico socioeconômico e territorial; (ii) estudo jurídico estruturado; (iii); simulações
72 financeiras de cenários; (iv) propostas de modelos de compensação e (v) minutos de
73 instrumentos legais. Foi concluído que nenhum mecanismo isolado seria suficiente, portanto,
74 a compensação justa só seria possível com a combinação de instrumentos, ressaltando a
75 necessidade de ajustes normativos, sustentabilidade financeira e definição de critérios
76 técnicos claros, além de sugerir a implementação de projetos piloto e continuidade dos
77 estudos. O projeto permitiu consolidar evidências técnicas sobre os impactos das restrições
78 territoriais nos municípios produtores de água, ou seja, estabeleceu bases para a construção de
79 um modelo de compensação viável, a ser desenvolvido de forma progressiva e participativa
80 no âmbito do Comitê. A apresentação está disponível no site do CBH-AT, em:
81 <https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/apresentacoes/>. Após apresentação, Amauri Pollachi
82 retornou para o ítem anterior referente as comunicações pois tinham algumas comunicações
83 da FABHAT a serem feitas. ao Projeto Jurubatuba e outra sobre os Projetos FEHIDRO 2025.
84 Na sequência convidou Valburg, para explanação. Valburg, sobre o **Projeto Jurubatuba**,
85 relatou que o projeto, financiado pelo FEHIDRO e conduzido pela FABHAT, visou levantar

86 dados geológicos, hidrogeológicos e de contaminação para subsidiar a revisão do modelo de
87 gestão das águas subterrâneas da região, incluindo atualização de mapas e normas. O projeto
88 gerou relatórios técnicos, cartilhas e promoveu eventos amplamente acessados,
89 demonstrando grande interesse da sociedade, empresas e órgãos públicos, e destacou a
90 necessidade de um modelo de gestão adaptativo, governança colaborativa e comunicação
91 transparente com os usuários. A Câmara Técnica de Aguas Subterrâneas criará um grupo de
92 trabalho para acompanhar a implementação das recomendações do projeto, com previsão de
93 apresentações detalhadas, audiências públicas e indicação de técnicos dos órgãos gestores
94 para participação ativa nas discussões. Por fim, comunicou que seria realizado um
95 levantamento de dados que atualize e amplie o conhecimento sobre a geologia, hidrogeologia
96 e contaminação da região, fornecendo subsídios para a revisão do modelo de gestão
97 estabelecido para a ARC-Jurubatuba. Na sequência, sobre os **Projetos FEHIDRO**, Beatriz
98 Vilera apresentou o panorama dos empreendimentos 2025 e 2026, destacando o aumento da
99 efetividade na contratação e execução dos projetos, com apoio da FABHAT e participação
100 ativa das instâncias do Comitê. Informou que em 2025 foram indicados 29 empreendimentos,
101 com 93% de contratação efetiva, e em 2026 o processo de análise está em fase final, com 38
102 propostas recebidas e reuniões das instâncias do Comitê para avaliação das
103 complementações. Beatriz ressaltou que a FABHAT intensificou o apoio ao Comitê desde
104 2020, com acompanhamento da execução dos projetos e divulgação dos resultados em
105 dashboard público, permitindo que membros e sociedade acompanhem o andamento e
106 produtos dos empreendimentos. Amauri destacou a evolução dos indicadores de efetividade
107 dos projetos FEHIDRO nos últimos 10 anos, passando de baixíssimos índices de conclusão
108 para resultados expressivos, atribuídos ao trabalho conjunto e aprimoramento dos processos
109 de seleção e execução. Hélio parabenizou todos os representantes das instâncias que estão
110 apoiando nas análises e também a equipe interna, que tem atuado incansavelmente neste
111 processo. Hélio Suleiman comentou sobre a **consulta pública referente as outorgas**, de
112 como elas estão sendo estruturadas e que a mesma se encerra em 25/05. **3. Apresentação**
113 **pela Defesa Civil Estadual sobre sobre Planos Municipais de Redução de Risco (PMRR).**
114 Tiago Lourençon, da Defesa Civil Estadual, apresentou o panorama dos planos municipais de
115 redução de risco (PMRR) e mapeamento de áreas de risco, destacando a importância do
116 apoio do Comitê e do FEHIDRO para financiamento e execução desses instrumentos.
117 Informou que já foram feitos 32 Planos na Bacia do Paraíba do Sul, está sendo elaborado um
118 PMRR de Ferraz de Vasconcelos e está-se em processo licitatório para elaboração desses
119 planos em 9 municípios do CBH-Mogi. No cenário atual, dos 645 municípios no Estado de
120 São Paulo, 208 consolidados na faixa leste do Estado, foram considerados prioritários devido
121 relevo, biografia e perfil de como ocorrem as chuvas. Destes 208 municípios, 81 municípios
122 possuem o plano e 89 estão com seus planos em produção, portanto serão contemplados
123 156 municípios restando 52 para atender os 208. Ressaltou a importância da utilização dos
124 Recursos do FEHIDRO, pois até pouco tempo havia 290 mil reais para realização desse tipo
125 de trabalho hoje se tem em torno de 4 milhões por ano para fazer, destacando o aumento da
126 capacidade de produção e que essa abertura se deu com o FEHIDRO. Para os outros
127 municípios do estado, os outros 437, que não são os prioritários, também ocorrem eventos
128 geológicos e hidrológicos, porém a severidade e a frequência é muito menor, por isso não são
129 prioritários, mas devem ser atendidos. São 178 municípios e nesse cenário, se tem a inserção
130 da importância do trabalho dos Comitê de Bacias e de todos os demais órgãos do Estado,

131 que precisam inserir em seus processos habituais os elementos de gestão de risco e desastre
132 e que há instrumentos legais de apoio para que existam essas linhas de ação nos editais que
133 permitam a tomada de recurso para fazer gestão de risco e desastre em qualquer momento,
134 desde a prevenção até a recuperação do cenário afetado. E a Defesa Civil do Estado, sendo
135 um órgão da administração que coordena, está aqui para prestar o apoio técnico sendo
136 tomadores dos recursos para executar projetos com este fim. A apresentação está disponível
137 no site do CBH-AT, em: <https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/apresentacoes/>. **4. Leitura,**
138 **discussão e votação do resumo executivo da 6ª Reunião Plenária de 2025, realizada em**
139 **15 de dezembro.** A Ata foi aprovada por unanimidade, após a dispensa da sua leitura. **5.**
140 **Deliberação CBH-AT nº 220, de 30 de abril de 2026 - Aprova o Plano de Aplicação dos**
141 **Recursos da Cobrança pelo Uso da Água de 2026.** Larissa (FABHAT) apresentou
142 informando que o Decreto nº 50.667/2006, no seu inciso VI do artigo 22 estabelece que cada
143 Comitê deve aprovar seu Plano Anual de Aplicação dos Recursos da Cobrança, para
144 transferência de até 10% do arrecado para despesas de custeio e pessoal, que pode ser
145 repassado as agências de bacias ou para a SPÁGUAS e que no nosso caso, esse recurso é
146 transferido para a FABHAT. Esclareceu que a previsão de arrecadação de 2026 é de R\$ 43
147 milhões e 10% vai ser destinado para custeio. O ajuste da receita, que é a arrecadação em
148 custeio do ano anterior, foi um saldo positivo de 900 mil com relação ao ajuste do exercício
149 anterior e previsões para o exercício atual. Em rendimentos se teve um ajuste positivo também
150 de 53 milhões e referente a taxa de administração, liberação do agente técnico e financeiro o
151 valor de R\$ 6 milhões. O valor disponibilizado para investimento em 2025 foi de R\$ 166
152 milhões com relação à movimentação dos empreendimentos. Além disso também tem os
153 valores retornados para o Comitê, que são dos projetos cancelados e dos saldos residuais
154 dos projetos concluídos. Outros saldos positivos se devem a devolução e pagamentos de
155 parcelas dos contratos reembolsáveis e não reembolsáveis, recebimentos de transferências
156 entre Bacias efetuadas por outro(s) CBH(s) e acerto de valores efetuado pelo agente
157 financeiro. O total disponível para investimento em 2026 resultou na casa dos 130 milhões.
158 Alguns apontamentos que foram feitos, foram respondidos durante a reunião e a Deliberação
159 foi aprovada por unanimidade. **6. Deliberação CBH-AT nº 221 de 30.04.2026 – Aprova o**
160 **Parecer Técnico referente ao EIA/RIMA da Ampliação da Central de Tratamento de**
161 **Resíduos Leste (CTL) - Aterro Fase 6, no município de São Paulo;** Laura Stela
162 (Coordenadora da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão – CTPG) apresentou
163 informando que a Secretaria Executiva do CBH-AT recebeu por e-mail em 27 de janeiro do
164 corrido ano, Ofício da CETESB solicitando análise e manifestação do CBH-AT a respeito
165 desse EIA RIMA. Informou que o empreendimento está localizado em zona urbana, na zona
166 leste do município de São Paulo. Possui uma área total aproximada de 64 ha, sendo 24 ha de
167 área nova, e 39, que será constituído por empilhamento em cima das camadas já existentes,
168 que são as fases 4 e 5 já finalizadas. Detalhou que a capacidade volumétrica da ampliação é
169 estimada em 25 milhões de metros cúbicos ou 27 milhões e 800 mil toneladas de resíduos
170 que serão lá dispostos e considerando uma entrada média diária de 7 mil toneladas por dia
171 de resíduos e que a estimativa da vida útil é em torno de 12,7 e 14,3 anos a depender da
172 instalação e operação do futuro Ecoparque Leste, cujas instalações não estão compreendidas
173 no escopo do presente estudo de impacto ambiental e farão parte de licenciamento específico,
174 posteriormente. a supressão da vegetação é de e eles têm 20,7 hectares de vegetação em
175 estágio médio de regeneração, 9 hectares em estágio inicial de regeneração e 5700 hectares

176 de reflorestamento comercial de eucaliptos e 200 árvores isoladas 178 nativas e 22 exóticas.
177 A interferência de recursos da nas cabeceiras do córrego do limoeiro e de outros afluentes do
178 Aricanduva contribuintes do Rio Tietê. A área diretamente afetada terá interferência em dois
179 cursos d'água menores e perenes denominadas LD1 a LD1C e duas nascentes a eles
180 associadas. Com relação aos impactos os estudos mostra-se compatível com o que está nas
181 diretrizes e métodos do Plano de Bacia do Alto de Tietê e também com o Plano de
182 gerenciamento de resíduos, no âmbito do Alto do Alto do Tietê. Devido aos impactos do
183 empreendimento está sendo solicitado seguir as condicionantes do órgão licenciador e
184 cumprir todas as medidas mitigatórias e programas ambientais propostos e além disso, seguir
185 recomendações, com destaque para: (i) descrever e justificar a metodologia adotada para a
186 canalização nas nascentes, incluindo critérios técnicos que fundamentaram essa escolha; (ii)
187 realizar plantio compensatório, preferencialmente na bacia hidrográfica do empreendimento
188 ou em áreas adjacentes, especialmente na zona leste do município de São Paulo, de modo a
189 assegurar a manutenção das condições ambientais da região, notadamente no que se refere
190 à drenagem e aos aspectos quantitativos e qualitativos dos corpos hídricos. A Deliberação foi
191 aprovada por unanimidade, com a inclusão de uma recomendação acerca da preocupação
192 com gases de efeito estufa e as causas dos efeitos odores à população local, sugeridos pelos
193 representantes do município de Mauá e Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana (IPEH).
194 **Deliberação CBH-AT n° 222 de 30.04.2026 – Aprova o Parecer Técnico referente ao**
195 **Relatório Ambiental Preliminar (RAP) das Obras de implantação de adutora de água**
196 **bruta para transferência do reservatório Billings para o Taiaçupeba.** Asafe Madai
197 (Fundação Ezute) esclareceu que o assunto objeto dessa deliberação já tinha sido levantado
198 em reunião plenária ocorrida em 2025, e que o Comitê oficializou À CETESB com pedido de
199 que este órgão solicitasse manifestação desse colegiado sobre o tema, tendo em vista o
200 atendimento as legislações vigentes onde o Comitê tem a permissão para manifestar-se sobre
201 os pedidos de regularização e licenças de empreendimentos que possam comprometer de
202 forma significativa a qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Após recebermos tal
203 solicitação, convidamos a SABESP para apresentar nas instâncias do CBH-AT, informações
204 acerca dessas obras para assegurar o parecer técnico a ser elaborado. Asafe explicou que o
205 trajeto da adutora que tem aproximadamente 38,2 km de extensão e que passa pelos
206 municípios de São Bernardo, Santo André, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santos e
207 Mogi das Cruz. E que a obra prevê a transposição de 4 metros cúbicos por segundo de água
208 bruta e a obra é custará em torno de 1,4 bilhões de reais. Com relação aos estudos
209 hidrológicos, foi destacada ausência de algo mais aprofundado e foi solicitado o envio do
210 estudo hidrológico de travessias. Outro detalhe foi a ausência do Programa de compensação,
211 que consta no RAP, porém não foi apresentado. Dentre as recomendações propostas,
212 destaca-se: (i) encaminhar ao CBH-AT, para análise e manifestação, o estudo detalhado das
213 travessias e o estudo hidrogeológico, contemplando a caracterização das nascentes, cursos
214 d'água intermitentes e demais recursos hídricos situados nas Áreas de Influência Direta e
215 Indireta (AID e AI), bem como a avaliação específica das travessias de corpos hídricos; (ii)
216 encaminhar ao CBH-AT o Programa de Compensação Ambiental, para análise e
217 manifestação, contendo as medidas propostas, critérios de aplicação e áreas prioritárias de
218 intervenção; (iii) adotar medidas técnicas e operacionais destinadas a evitar ou minimizar a
219 transposição de poluentes presentes nas águas do reservatório Billings, assegurando a
220 proteção da qualidade da água no sistema receptor, dentre outras. A Deliberação foi aprovada

221 por unanimidade. **8. Outros assuntos.** Não houve. **9. Encerramento.** Não havendo mais
222 assuntos, a reunião foi encerrada.

223 Esta ata foi elaborada pela Secretaria Executiva do CBH-AT. A gravação, na íntegra, pode
224 ser solicitada através dos contatos constantes no rodapé.